



Arthur Virgílio (E) participa, ao lado de Delcídio Amaral e Gilberto Goellner, de debate na Comissão de Infraestrutura, presidido por Fernando Collor (C), entre Jorge Abrahão (E) e Ricardo Paes de Barros

Especialistas dizem que falta muito para reduzir desigualdade

Em debate na Comissão de Infraestrutura, os pesquisadores do Ipea Ricardo Paes de Barros e Jorge Abrahão de Castro apresentaram dados mostrando que o Brasil evoluiu muito na redução da pobreza nos últimos anos. Reconheceram, contudo, que ainda há muito a ser feito pelas políticas públicas para reduzir a distância entre os mais

ricos e os mais pobres. Ricardo observou que o progresso no acesso aos bens, especialmente ao saneamento básico, não ocorreu na mesma proporção da redução da pobreza. Jorge demonstrou que no país 5 milhões de pessoas comprometem mais de 30% de seu orçamento com moradia, o que se considera ônus excessivo. **3**

Senadores querem discutir o apagão com Lobão e Dilma

Comissão de Infraestrutura aprova requerimento convidando ministros para esclarecer as causas do blecaute que deixou 18 estados brasileiros sem energia por mais de quatro horas. **7**



Veículos usados estão entre os bens que o Senado vai leiloar

Senado leiloa no sábado bens fora de uso

O Senado realiza no próximo sábado, às 9h, no prédio onde funciona o Serviço de Transportes, leilão de bens considerados fora da padronização adotada pela Casa desde 1996. O objetivo é reduzir custos com a manutenção de bens ociosos e liberar espaço. **8**

Projetos contra a violência nas escolas

Propostas na pauta da Comissão de Educação preveem medidas de proteção a professores e mecanismos de monitoramento de casos de violência escolar. Pesquisa revela que 90% dos professores gostariam de contar com lei específica. **4**



"Governo deve explicação aos aposentados", diz Arthur Virgílio

Virgílio cobra explicação para golpe no crédito

O líder do PSDB, Arthur Virgílio, cobrou do governo explicações sobre o vazamento de listas de aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vendidas nas ruas do país, conforme denúncia do *Fantástico*. O senador também considerou "duvidoso" o credenciamento de bancos para operar essa modalidade de empréstimo. **8**



Paim: só ficou no projeto o que os deputados consideraram consensual

Paim: urgência para o Estatuto da Igualdade

O senador Paulo Paim anunciou ter encaminhado à Mesa requerimento em que solicita urgência para votação do Estatuto da Igualdade Racial, nesta quinta-feira, quando o Dia Nacional da Consciência Negra será comemorado em Plenário. Paim disse que o texto que veio da Câmara excluiu pontos polêmicos do projeto de sua autoria. **2**

Debate: fica mais caro não combater aquecimento

Estudo de professor britânico prevê que, se nada for feito para conter as emissões de carbono, o PIB mundial pode ser reduzido em até 20% no prazo de 50 anos. Comissão sobre Mudanças Climáticas vai discutir o assunto hoje. **5**

Senador anuncia encaminhamento à Mesa de requerimento em que solicita urgência para votação de proposta na próxima quinta-feira, Dia Nacional da Consciência Negra

Paim defende aprovação imediata do Estatuto da Igualdade Racial

EM PRONUNCIAMENTO FEITO ontem, Paulo Paim (PT-RS) anunciou o encaminhamento à Mesa de requerimento em que solicita urgência para a votação do Estatuto da Igualdade Racial, de sua autoria, nesta quinta-feira, quando o Dia Nacional da Consciência Negra será comemorado em Plenário.

Paim defendeu a aprovação do projeto como veio da Câmara, lembrando que todos os temas polêmicos da matéria, que tramita no Congresso Nacional há 15 anos, foram retirados pelos deputados para simplificar o texto que já havia sido aprovado pelo Senado.

– O texto do Senado era muito mais amplo, seria o ideal na minha avaliação, mas, já que a Câmara entendeu diferente, quero aprovar como veio da Câmara. Os relatores das comissões dariam seus pareceres aqui [no Plenário]. Tudo que era polêmico foi retirado. Ficou só o que os deputados entenderam que era consenso – disse.

Cidadão

Paim também agradeceu ao deputado distrital Paulo Tadeu



Paim também agradece por título de cidadão honorário de Brasília

(PT-DF) pela apresentação de requerimento que o agracia com o título de cidadão honorário de Brasília. A proposta foi aprovada por unanimidade pelo plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal. No requerimento, o deputado distrital destaca as ações de Paim em defesa dos trabalhadores do setor público e privado, dos aposentados e pensionistas e de todos os que são discriminados no país.

– Esse gesto me deixa muito feliz, é um título que muito me honra receber. Todos sabem o amor que tenho pela capital que me acolheu nesses anos de vida

pública de forma tão generosa – afirmou.

Livro

Paim registrou ainda o lançamento, no último sábado, do livro *O Poder que emana do povo*, de sua autoria, na 50ª Feira do Livro de Porto Alegre, uma das mais antigas do país e a maior em sua categoria realizada a céu aberto. O senador disse que, para celebrar seus 60 anos de idade, a obra reúne 60 das mais de mil propostas que apresentou ao longo de sua vida pública, entre elas, o Estatuto do Idoso e o Estatuto das Pessoas com Deficiência.

Redação

Paulo Paim também saudou Simone Maria Gatto, aluna da Escola Estadual de Ensino Médio Prof. Wilson Luiz Maccarini, que ficou em primeiro lugar no segundo concurso de redação do Senado, cuja cerimônia de premiação será realizada nesta quinta-feira, no Salão Negro. O concurso teve neste ano como tema “Muito prazer, sou cidadão de uma república chamada Brasil”.

Mesquita Júnior relata suposta ameaça do PT a eleitores de Feijó

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse ontem que a Frente Popular – coligação integrada pelo PT e outros partidos, no município de Feijó, no Acre, que realizará novas eleições para prefeito e vice-prefeito no próximo domingo – está recorrendo a ameaças para obter votos. O senador informou que dois prefeitos ligados ao PT em Feijó foram cassados pela Justiça Eleitoral por corrupção eleitoral.

Mesquita Júnior ressaltou não ter provas concretas, mas apenas indícios de que pessoas estariam sendo intimidadas, até

com ameaça de demissão de cargos vinculados à prefeitura, caso votem no candidato da oposição, o ex-vereador pelo PSDB, Dindim, coligado ao PMDB, e no candidato a vice-prefeito pelo PMDB, Pelé.

Na avaliação de Mesquita Júnior, essa situação revela um “certo *modus operandi*” do PT no estado, onde outro prefeito do partido, anterior aos dois cassados recentemente pela Justiça Eleitoral, também foi afastado.

O senador disse ainda que o governador do estado, Binho Marques, teria se deslocado até



Mesquita Júnior: “Peço à população de Feijó que não se deixe intimidar”

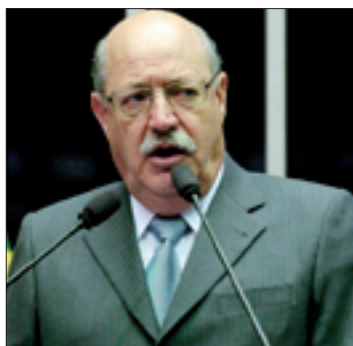
o município de Feijó para intimidar a população com a ameaça de que poderia haver corte no programa Bolsa Família.

– Peço à população de Feijó que não se deixe intimidar. É preciso resistir, mostrar que a prática democrática deve sobrepor-se a qualquer outra.

Neuto de Conto elogia governo de Luiz Henrique

Ao relatar viagem feita ao oeste de Santa Catarina, acompanhando o governador Luiz Henrique da Silveira, o senador Neuto de Conto (PMDB-SC) registrou o sucesso da administração estadual nos últimos sete anos. O governador, disse Neuto de Conto, fez obras essenciais para garantir o desenvolvimento do estado, como a interligação rodoviária de todos os municípios.

– A integração faz com que o homem das pequenas cidades e o do campo tenham a mesma qualidade de vida. Esse mesmo governo também acaba de colocar energia em todas as propriedades de todas as famílias do estado, demonstrando que há igualdade entre os cidadãos catarinenses – afirmou.



Neuto de Conto: administração do PMDB fez obras essenciais em SC

Neuto de Couto ainda relatou as reuniões do PMDB realizadas diariamente durante a viagem, com a participação de representantes de cem municípios. Esses encontros, observou o senador, objetivam conhecer a vontade dos militantes do partido – são cerca de 156 mil filiados – e

montar propostas políticas que levem ao melhor caminho para as eleições de 2010.

– O meu partido, PMDB, pela sua história de luta e seu passado de realizações, tem sido consagrado nas urnas pela sociedade brasileira a cada eleição, fazendo as maiores bancadas nas câmaras municipais, assembleias legislativas e no Congresso Nacional, além de governadores, prefeitos e vice-prefeitos.

Assim mesmo, disse o senador, o partido entende que não é possível entrar numa campanha política “sem ter uma definição clara do que o país precisa e o que ele quer”, como uma reforma tributária “que reduza a carga de impostos que recai sobre a sociedade”, concluiu.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário registra Dia dos Ostromizados

Às 10h, ocorre sessão especial em homenagem à memória do prof. Hélio Gracie, esportista que difundiu o jiu-jitsu no país.

A hora do expediente, às 14h, é dedicada ao Dia dos Ostromizados. A pauta está trancada pelo PLV 17/09 (MP 468/09).

CMO promove reunião deliberativa

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza reunião deliberativa, às 14h30, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Mudanças Climáticas examina os custos da prevenção

Às 14h30, a Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMMC) promove audiência para avaliar o Projeto Lord Stern, que estuda os custos da prevenção para evitar os efeitos catastróficos das mudanças climáticas. Comparecem os deputados Antonio Palocci e Colbert Martins e o presidente da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, Israel Klabin.

Medicamentos genéricos para uso veterinário

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) se reúne, às 9h30, para analisar substitutivo a projetos que criam normas para registro de medicamentos genéricos de uso veterinário. Em debate também, proposta que estende o benefício Garantia-Safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

CRE: indicação de embaixador para Argentina

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa, às 14h, a indicação de Enio Cordeiro para exercer o cargo de embaixador junto à Argentina

Prazo de validade de produtos alimentícios em votação na CMA

Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisa, às 11h30, projeto que altera o Código do Consumidor para tornar obrigatória informação sobre o prazo de validade de produto alimentício a partir da abertura de embalagem e o modo de conservação. Outro projeto em exame cria o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no Paraná.

CDR analisa várias questões referentes a voos

Às 11h, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) vota substitutivo a quatro projetos regulamentando a concessão de indenização para passageiros de transporte aéreo em caso de atraso, interrupção ou cancelamento de voo, de recusa de embarque por excesso de reservas e de dano a passageiro ou a sua bagagem.

Comissão discute fim do exame da OAB

Entre os 23 itens da pauta, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) analisa, às 11h, projeto de lei que acaba com o exame exigido para inscrição como advogado na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O colegiado examina ainda projeto de lei que modifica a LDB para tornar obrigatórias, no ensino de Artes, as disciplinas de Música, Artes Plásticas e Artes Cênicas.

Na CAE, audiência sobre tributação do fumo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne, às 10h, para analisar projeto de lei que permite a dedução, do Imposto de Renda Pessoa Física, de despesa com aquisição de aparelhos auditivos e cadeiras de roda. A pauta tem, no total, nove itens.

Às 11h30, o colegiado realiza audiência pública para

discutir a tributação da indústria do fumo. Entre os participantes, estão o procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos; o secretário da Receita Federal, Otacílio Dantas Cartaxo; e o presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, André Franco Montoro Filho.



Efraim Morais é autor do requerimento de audiência

Tributação na indústria do fumo em debate

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza audiência pública hoje, às 11h30, para discutir a tributação da indústria do fumo no Brasil.

Efraim Morais (DEM-PB), que solicitou a audiência, explica em seu requerimento que o objetivo principal da reunião é discutir a assimetria tributária do setor após a publicação do Decreto 3.070/99. O decreto instituiu o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) com valor fixo por maço de cigarros, a partir das características físicas do produto, buscando circunstanciar as dificuldades enfrentadas pelas pequenas empresas fabricantes de cigarros.

Estão convidados para a audiência o procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos; o secretário da Receita Federal, Otacilio Cartaxo; o presidente do Sindicato da Indústria do Fumo (SindiTabaco), Iro Schünke; e os presidentes das Regionais São Paulo e Bahia do sindicato, José Henrique Nunes e Ricardo Becker.

Exposição prestigia artistas brasileiros

Pelo quinto ano consecutivo, o Senado abre o Salão Branco para a exposição *Artistas Brasileiros 2009 – Novos Talentos – Pinturas*. Este ano participaram do evento artistas de todas as regiões do país, revelando estilos que vão desde a arte popular a técnicas inovadoras. A seleção é feita pelos senadores em seus respectivos estados.

A chance de mostrar seus trabalhos no Congresso Nacional é importante para a carreira desses artistas, já que diariamente circulam pela Casa autoridades, estudantes e profissionais das mais variadas áreas.

A cerimônia de abertura, às 11h de hoje, terá a presença do presidente do Senado, José Sarney, dos artistas expositores e de diversas autoridades convidadas. A exposição, que será aberta ao público às 9h30, segue até 4 de dezembro.

Dados de técnicos do Ipea ouvidos ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura mostram, ao mesmo tempo, que a pobreza diminuiu no Brasil. População negra que vive em áreas rurais do Norte ainda é a mais vulnerável do país

Políticas contra a desigualdade ainda são insuficientes, dizem pesquisadores

NO PRIMEIRO DEBATE sobre "Infraestrutura e políticas públicas", a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) ouviu na noite de ontem os pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Ricardo Paes de Barros e Jorge Abrahão de Castro. O encontro faz parte do ciclo de debates "Agenda 2009-2015: Desafios Estratégicos Setoriais", proposto pelo presidente do colegiado, senador Fernando Collor (PTB-AL), e organizado pelo grupo de trabalho integrado pelos senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Gim Argello (PTB-DF).

Os dois pesquisadores apresentaram dados que mostram que o país evoluiu muito nos últimos anos no que diz respeito à redução da pobreza e à garantia do acesso aos bens básicos. Porém, o diagnóstico de ambos é o mesmo: ainda há muito a ser feito no que diz respeito às políticas públicas para reduzir a distância entre os mais ricos e os mais pobres.

Ricardo Paes de Barros, técnico de planejamento e pesquisa, analisou a evolução temporal da queda da extrema pobreza no país de 1990 a 2008 associada ao acesso a itens como saneamento básico, telefone, eletricidade e internet. Ele percebeu que o progresso no acesso aos bens, especialmente no que diz respeito ao saneamento básico, não ocorreu na mesma proporção da redução da pobreza.

Além disso, os dados apresentados mostram que a pobreza continua concentrada na população considerada "mais vulnerável". Barros comparou o acesso ao telefone de um negro pobre que vive na área rural da região Norte, sem nenhuma escolaridade, numa família com muitas crianças, com o de um branco com renda *per capi-*



Fernando Collor (C) preside debate com Jorge Abrahão de Castro (E) e Ricardo Paes de Barros sobre infraestrutura e políticas públicas

ta de R\$ 1 mil, que vive na região urbana do Sudeste, com escolaridade completa e poucos filhos na família. No primeiro caso, o acesso registrado foi de cerca de 12%, ao passo que, no segundo, de praticamente 100%.

– Apesar de ter avançado bastante em todos esses indicadores, a situação do Brasil continua, exceto no caso da eletricidade, extremamente desigual – observou.

Jorge Abrahão de Castro, por sua vez, apresentou estudo que associa acesso a esgotamento sanitário, tratamento de resíduos sólidos, diferenças regionais e renda. De acordo com o levantamento, se, de 1992 a 2007, os mais pobres estão sempre em pior situação em todos os indicadores, essa parcela da população é a que apresenta sempre evolução mais significativa nos gráficos.

O estudo também mostra que, no país, cerca de 5 milhões de pessoas comprometem mais de

30% de seu orçamento com moradia, o que é considerado ônus excessivo. Na escala nacional, o Distrito Federal lidera o *ranking* do maior ônus para o cidadão com aluguéis.

No que diz respeito ao adensamento excessivo, há no país, de acordo com o estudo, 12 milhões de pessoas vivendo em habitações com dormitórios ocupados por três pessoas ou mais. Na lista das regiões metropolitanas, aparece nesse item, em primeiro lugar, a cidade de Belém, seguida pela região metropolitana de São Paulo.

Pré-sal

Questionados por Fernando Collor e Delcídio Amaral sobre eventuais áreas prioritárias para aplicação dos recursos da exploração do petróleo da camada pré-sal na área de infraestrutura, os pesquisadores apontaram os setores de saneamento e habitação como vitais.

Para Jorge Abrahão de Castro, a carência no saneamento se torna mais crítica quando se analisam as áreas rurais do Norte e Nordeste. De acordo com ele, no Nordeste, apenas 23% da população têm acesso a água com canalização interna. No Norte, o percentual se reduz para 12%. Ele apontou as consequências sociais do quadro, com destaque para a mortalidade infantil.

Serão realizados mais cinco painéis sobre o tema "Infraestrutura e políticas públicas", que encerra o ciclo de debates, cujo objetivo é propor soluções para os principais gargalos que impedem o crescimento do país. Já foram discutidos os temas "Infraestrutura para inovação e desenvolvimento" e "Marco regulatório do pré-sal".

Participaram da audiência de ontem os senadores Delcídio Amaral, Valdir Raupp (PMDB-RO), Gilberto Goellner (DEM-MT), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

MP que reforça o Tesouro da União mantém a pauta trancada

Continua como primeiro item da pauta do Plenário o Projeto de Lei de Conversão 17/09, que concentra na Caixa Econômica Federal todos os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos federais que estão em outros bancos. Como consequência, a medida reforça a conta do Tesouro da União. O projeto é oriundo da Medida Provisória 468/09 e tranca a pauta da sessão deliberativa de hoje, que tem início às 14h.

De acordo com o projeto de conversão, após receber esses valores, a Caixa deverá repassá-los para a conta única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 180 dias, a contar da publicação da medida.

A principal mudança feita pelos deputados no texto original do Executivo determinou que também devam ser transferidos à Caixa valores de natureza não tributária, relativos a depósitos judiciais e extrajudiciais vinculados a ações na Justiça contra a União. Essa transferência será feita, conforme o projeto, de acordo com cronograma fixado por ato



Plenário só poderá votar outras matérias após decidir sobre o projeto de conversão

do ministro da Fazenda.

Fundos públicos

Também deverão ser transferidos à Caixa Econômica depósitos relativos a ações contra fundos públicos, autarquias, fundações públicas e entidades federais que integrem os orçamentos fiscal e da seguridade social. A regra estabelecida pela proposta deverá ser aplicada aos valores de natureza tributária e não tributária, independente da data dos depósitos feitos em outros bancos.

Essa mudança feita na Câmara, cujo relatório é de autoria do deputado Marçal Filho (PMDB-MS), dá maior abrangência à proposta do Executivo e deverá reforçar as contas da União, cuja arrecadação diminuiu cerca de 11% este ano devido à crise financeira internacional e à concessão de estímulos fiscais para setores da economia. Segundo Marçal Filho, há cerca de 400 mil depósitos em bancos distintos que deverão ser transferidos ao Tesouro, conforme as regras estabelecidas pela medida

aprovada.

Pelo PLV, os juros dos depósitos a serem transferidos deverão ser calculados à taxa originalmente devida até a data da transferência à conta única do Tesouro. Após essa transferência, esses juros serão calculados conforme o que estabelece a Lei 9.250/95, que altera a legislação do Imposto de Renda Pessoa Física.

Os juros dos depósitos deverão ainda ser equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulada mensalmente, calculados a partir da data do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da compensação ou restituição e de 1% relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada.

O descumprimento da transferência obrigatória dos valores à Caixa Econômica, conforme o PLV, será punido de acordo com o que estabelece a Lei 4.595/64, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, e cria o Conselho Monetário Nacional (CMN).

Propostas na pauta da Comissão de Educação criam sistema de monitoramento de casos de agressão e dão definição legal específica para a violência contra o professor

Comissão vota projetos para conter violência nas escolas

COM A FINALIDADE de combater a violência nas escolas, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) examina, na reunião de hoje, duas propostas para estabelecer medidas de proteção aos professores e mecanismo de monitoramento de ocorrências de violência escolar.

Uma das propostas, de Paulo Paim (PT-RS), classifica como violência contra o professor "qualquer ação ou omissão decorrente da relação de educação que lhe cause morte, lesão corporal ou dano patrimonial, praticada direta ou indiretamente por aluno, seus pais, responsável legal ou terceiros, face ao exercício de sua profissão".

O projeto (PLS 191/09) garante ao docente proteção da autoridade policial, quando necessário, bem como atendimento médico e realização de perícia no Instituto Médico Legal. Pela proposta, ao agressor menor de 18 anos aplica-se o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Caso seja maior de idade, caberá ao Ministério Público tomar as providências cabíveis, tendo em vista os dados do boletim de ocorrência ou relatório policial sobre o incidente.

Em seu parecer favorável, Ger-



Comissão de Educação: 90% dos professores defendem maior proteção da lei

son Camata (PMDB-ES) elogia a iniciativa, necessária diante das crescentes manifestações de violência nos estabelecimentos de ensino. Ele cita pesquisa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), com 2.400 professores de seis capitais brasileiras, em que 86% deles admitem haver violência em seu ambiente de trabalho.

A pesquisa revelou que 90% dos professores consultados gostariam de contar com legislação específica que os amparasse contra agressões praticadas por alunos.

Outro projeto de combate à violência (PLS 251/09) prevê a implantação de serviço de moni-

toramento denominado Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (Save). A proposta, da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), recebeu voto favorável do relator, Flávio Arns (PSDB-PR). O texto determina que o Save seja utilizado, entre outros propósitos, para o mapeamento de ocorrências de violência nas escolas e na divulgação de medidas para evitar tais ocorrências.

A CE também deve examinar projeto (PLS 186/2006) do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) para abolir o exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), indispensável ao graduado em Direito para o exercício da advocacia.

Deficientes poderão ter prioridade na Justiça

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) examina amanhã, em decisão terminativa, projeto (PLS 216/04) do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que garante às pessoas com deficiência prioridade de tramitação em causas judiciais e administrativas de que sejam parte ou interveniente.

Também consta da pauta proposta (PLS 305/08) do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) que obriga todos os estabelecimentos de ensino a oferecerem carteiras escolares para alunos canhotos; e projeto (PLS 333/09) do ex-senador Expedito Júnior que determina que sejam disponibilizadas, em aeroportos, cadeiras de rodas para idosos com deficiência locomotora.



Patrícia Saboya pretende disciplinar os seguros médicos para crianças

Planos de saúde

A CDH deve analisar ainda o projeto da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) que disciplina os serviços de saúde para crianças

e adolescentes oferecidos pelos planos privados.

A matéria, que institui política de assistência a essa faixa da população no âmbito do Sistema de Saúde Suplementar, é uma das 17 proposições na pauta da comissão.

O relator, Mão Santa (PSC-PI), mesmo favorável à matéria, ofereceu texto substitutivo à proposta original (PLS 228/08), por considerar que as medidas sugeridas pela autora deveriam ser apresentadas como alterações à Lei 9.656/98, que regulamenta os planos de saúde.

Após votação na CDH, o projeto segue para exame na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa.

Seguro desemprego estendido em até dois meses

O período de cobertura do seguro desemprego poderá ser aumentado em dois meses caso o trabalhador desempregado tenha sob sua responsabilidade pessoa com deficiência. Projeto com essa finalidade, da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), poderá ser aprovado amanhã pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

A proposta original (PLS 668/07) altera a lei que trata do seguro desemprego (Lei 8.900/94) para prever que seja de até sete meses o benefício para trabalhadores que têm sob sua responsabilidade criança com deficiência. Marisa Serrano argumenta que a medida beneficiará trabalhadores desem-



Proposta de Marisa Serrano beneficia responsável por pessoa com deficiência

pregados que precisam atender às necessidades dos filhos com deficiência.

A relatora da proposta na CAS,

Fátima Cleide (PT-RO), apresentou emenda para determinar, em vez de um prazo fixo de sete meses, que o período de seguro desemprego seja dilatado em até dois meses. A emenda, segundo a relatora, é necessária para adequar a medida à legislação, que estabelece prazos variáveis para a concessão do benefício. Em outra emenda, ela estabelece que o seguro seja destinado a trabalhadores que têm sob sua responsabilidade pessoa com deficiência, e não apenas crianças.

Também poderá ser votado o PLS 226/03, do senador Gerson Camata (PMDB-ES), que visa regular o trabalho do adolescente.

Proposta pretende evitar registro sem o nome do pai

Sempre que o nome do pai de uma criança não for informado no momento de seu registro de nascimento, o juiz terá que questionar a mãe sobre a paternidade do filho. É o que determina o substitutivo do senador Marco Maciel (DEM-PE) a projeto (PLS 101/07) do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ). A matéria consta da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e poderá ser votada na reunião de amanhã, em caráter terminativo.

De acordo com o substitutivo de Marco Maciel, o oficial do cartório de registro de nascimento terá cinco dias para informar ao juiz quando uma criança for registrada sem o nome do pai. O oficial deverá também perguntar à mãe nome, profissão e residência do suposto pai – informações que também deverão ser encaminhadas ao juiz.

Ao juiz caberá ouvir a mãe sobre o suposto pai e mandar notificá-lo, qualquer que seja seu estado civil, para que se manifeste sobre o caso, determinando que tal diligência ocorra em segredo de Justiça. Pela lei atual, o juiz não é obrigado a ouvir a mãe e determinar diligências de investigação de paternidade em todos os casos em que o pai da



Crivella: autor do projeto que obriga juiz a ouvir mãe sobre paternidade

criança não está registrado na certidão – a legislação determina que ele o faça "sempre que possível".

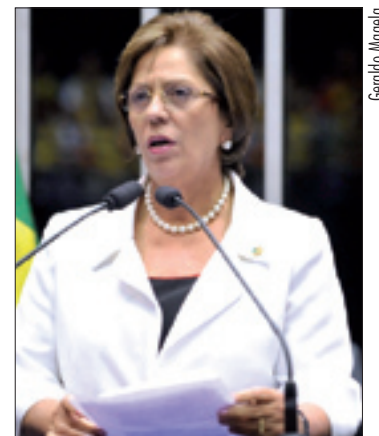
As diligências para investigação de paternidade devem ser feitas sob sigilo de Justiça em todos os casos. Se o homem apontado pela mãe da criança confirmar a paternidade, será lavrado termo de reconhecimento e seu nome será acrescentado na certidão de nascimento. Caso ele não se manifeste ou não confirme ser o pai num prazo de 30 dias, o juiz encaminhará os autos ao Ministério Público, para que este promova, se houver elementos suficientes, a ação de investigação de paternidade.

Validade de alimentos após abertura deve ser destacada

O prazo de validade dos produtos alimentícios após a abertura da embalagem deve ser apresentado com destaque, de acordo com projeto (PLS 408/09) que está na pauta da reunião de hoje, às 11h30, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O projeto, a ser votado em caráter terminativo, estabelece ainda que o rótulo ou embalagem do produto deve trazer orientações sobre o respectivo modo de preservação.

Preocupada com os consumidores "desatentos", a autora do projeto, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), argumenta em sua justificativa que nem todos os consumidores percebem que, uma vez aberta a embalagem de um produto alimentício, o prazo de validade fica sensivelmente reduzido.

"Dessa forma, a pessoa mais desavisada está exposta ao risco de consumir um alimento fora das condições ideais. A



Rosalba: consumo de produtos vencidos pode prejudicar a saúde

consequência desse descuido pode causar prejuízo à saúde, desde uma indisposição leve a uma intoxicação alimentar mais grave", aponta a senadora, que é médica.

O relator, Cícero Lucena (PSDB-PB), assinala que o Código de Defesa do Consumidor determina que a informação adequada e clara sobre os produtos é um dos direitos básicos do consumidor.

Crédito imobiliário no BB para servidores do Senado

A exemplo de convênio estabelecido em 1º de setembro de 2009 com a Caixa Econômica Federal, o Senado celebrou acordo com o Banco do Brasil que garante condições especiais de crédito imobiliário para servidores da Casa, inclusive aposentados e pensionistas.

O convênio prevê taxa de juros de 8,40% ao ano, mais TR, ou 11,50% em taxa fixa. As taxas valerão para as operações enquadradas no Sistema Finan-

ceiro de Habitação (SFH), Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) e Carteira Hipotecária (CH).

O valor total financiado não poderá exceder 80% de R\$ 500 mil, divididos em até 360 parcelas. Não haverá cobrança de taxa de crédito ou avaliação jurídica nos contratos, cujas condições serão negociadas caso a caso. Os formulários e detalhes para contratação do empréstimo estão disponíveis no site do banco: www.bb.com.br.



Senador explica que projeto aprovado beneficia Alagoas

João Tenório elogia novo cálculo para dívidas dos estados

João Tenório (PSDB-AL) comemorou a aprovação pelo Plenário, na semana passada, do projeto de resolução (PRS 73/09) que institui um critério alternativo para o cálculo do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida dos estados. A proposta, que beneficia Alagoas, foi apresentada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e votada em regime de urgência pelo Plenário por acordo de líderes.

– Desde o início do atual governo de Alagoas, o estado não pôde, devido às imensas dificuldades financeiras existentes, contratar qualquer operação de crédito que lhe possibilitasse realizar investimentos que atenuassem nossa difícil situação social – afirmou o senador.

João Tenório explicou que os estados podem agora escolher, entre duas opções, a que lhes for mais benéfica, sem ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): calcular o comprometimento com dívidas, considerada a média anual da relação entre o comprometimento previsto e a receita corrente líquida projetada ano a ano, com base em todos os exercícios financeiros em que houver pagamentos previstos; ou com base nos exercícios financeiros até 31 de dezembro de 2027.

João Tenório agradeceu o empenho do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), que, afirmou, quando acredita na realização de algo, “o faz com competência e agilidade”. Da mesma forma, destacou o empenho do senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), que, como presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), priorizou a votação do projeto.

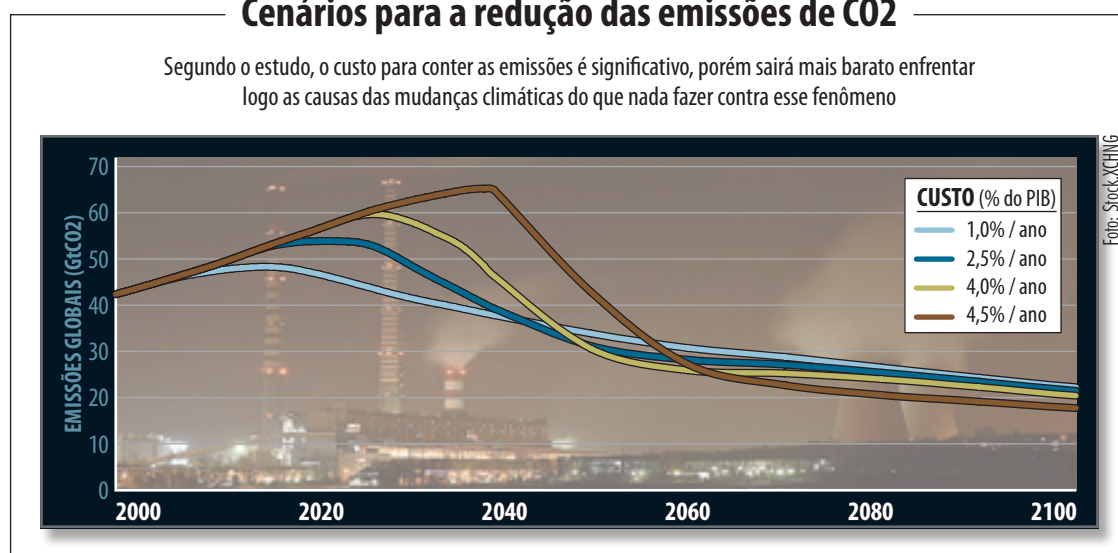
O senador por Alagoas relatou a difícil situação socioeconômica do seu estado, que apresenta um dos piores índices de desenvolvimento econômico (IDHs) do país, de 0,677, abaixo da média nordestina de 0,720. O estado, disse, também apresenta o maior índice de analfabetismo do país, superior a 25%, quando as médias nacional e do Nordeste são inferiores a 10% e 20%.

O parlamentar relatou ainda que o atual governo conseguiu reduzir significativamente a dívida estadual, realizar novos convênios e contratos e colocar em dia os repasses de recursos aos municípios, além de recuperar a confiança dos fornecedores. Ante uma dívida de R\$ 506,7 milhões em 2007, o estado deve hoje R\$ 128,8 milhões.

Será debatido em audiência relatório do economista Nicholas Brentford, para quem o mundo terá de gastar US\$ 400 bi para cumprir os cortes de gases do efeito estufa

Cenários para a redução das emissões de CO2

Segundo o estudo, o custo para conter as emissões é significativo, porém sairá mais barato enfrentar logo as causas das mudanças climáticas do que nada fazer contra esse fenômeno



Fonte: Stern Review on the Economics of Climate Change

Comissão discute os gastos do combate ao aquecimento

A COMISSÃO MISTA Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) promove hoje audiência pública com o objetivo de apresentar e avaliar o Projeto Lord Stern, que trata dos custos do combate ao aquecimento global. O debate contará com a participação de Israel Klabin, presidente da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável.

O professor britânico Lord Nicholas Stern Brentford, economista-chefe do Banco Mundial, é uma das maiores autoridades em aquecimento

global no mundo. Seu estudo, apresentado em 2006, concluiu que sai mais barato enfrentar as causas das mudanças climáticas do que nada fazer contra esse fenômeno.

Segundo suas estimativas, se nada for feito para conter as emissões de carbono, o produto interno bruto (PIB) mundial pode ser reduzido em até 20% em 50 anos. Brentford calculou que os governos precisam gastar US\$ 400 bilhões em iniciativas verdes para cumprir com os cortes necessários de emissões de gases de efeito estufa.

De acordo com o economista, somente com gastos centrados em tecnologias com baixas emissões de carbono o mundo escapará às perspectivas de intensificação das emissões por muitos anos à frente e de, “assim, ter de gastar muito mais no futuro para trazê-las de volta para níveis seguros”.

O requerimento para a realização da audiência foi apresentado pelos deputados Antonio Palocci (PT-SP) e Colbert Martins (PMDB-BA). A reunião será na sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, a partir das 14h30.

Tião Viana critica decisão de EUA e China de adiar acordo

Tião Viana (PT-AC) lamentou ontem a decisão dos Estados Unidos e da China de adiar o acordo sobre metas para o corte de emissão de gases de efeito estufa, que deveria ser fechado em dezembro, no encontro de Copenhague. A decisão foi tomada durante reunião do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec), em Cingapura. O senador disse que o movimento ambientalista mundial está preocupado e alerta para as consequências da resolução.

– Os abalos que sofreremos em relação ao clima serão marcantes, em razão dessa decisão

– alertou o parlamentar.

A explicação do governo dos EUA, lembrou Viana, foi que não haveria tempo hábil para o Congresso americano tomar uma decisão que fosse compatível com a do governo e tramitasse a tempo de chegar a Copenhague. Na avaliação de Viana, o encontro em Cingapura parece apontar para a transferência da decisão para a cidade do México, em dezembro de 2010.

O senador salientou que o governo brasileiro já anunciou que apresentará como meta voluntária uma redução da emissão de gases de efeito estufa até o ano de 2020 entre 36,1% e



Genaldino Magalhães

“Ficamos reféns da indecisão dos principais poluidores”, diz Viana

38,9%. Também lembrou o compromisso entre Brasil e França de que todos os países assumissem a meta de redução de 80% até 2050, em comparação aos índices da década de 1990.

– Nós ficamos reféns de uma situação de indecisão dos principais poluidores do planeta – lamentou Tião Viana.

Fátima Cleide quer as mulheres na gestão ambiental

Fátima Cleide (PT-RO) fez um apelo em Plenário para que sejam incluídos, no acordo a ser firmado na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), a ser realizada em dezembro em Copenhague (Dinamarca), dispositivos que assegurem uma maior participação das mulheres na gestão de questões ambientais.

Segundo a senadora, a manutenção de referências específicas sobre o papel feminino na diminuição das mudanças climáticas permitirá, por exemplo, que mulheres ribeirinhas da região amazônica deem importantes contribuições para



Genaldino Magalhães

Fátima Cleide ressalta papel feminino na mitigação das mudanças climáticas

evitar catástrofes ambientais, como o transbordamento de rios, deslizamentos de terra e destruição de casas e plantações por inundações.

– As pesquisas realizadas em localidades em que esses desastres naturais causados pelas mudanças climáticas ocorrem comprovam, ao redor do mundo, que as mulheres são importantes agentes na mitigação dessas mudanças – disse. Para isso, afirmou, é preciso que sejam capacitadas e obtenham recursos para prevenir perdas e auxiliar as comunidades a reagir rapidamente, diminuindo assim os impactos negativos e protegendo a população – disse.

Em aparte, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) manifestou seu apoio ao pronunciamento de Fátima Cleide.



Genaldino Magalhães

Valdir Raupp: o campo responde por 30% do PIB brasileiro

Raupp demonstra a importância do agronegócio

Valdir Raupp (PMDB-RO) destacou ontem a importância do agronegócio para a economia. Ele citou dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e do site Contas Abertas sobre os investimentos públicos dos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, assim como as operações de crédito subsidiadas de instituições estatais, como o Banco do Brasil, Banco da Amazônia e BNDES.

De acordo com Raupp, informações publicadas em maio de 2009 pelo jornal *Gazeta Mercantil* – que recentemente deixou de circular – apontam que o governo já repassou ao agronegócio, desde o ano de 2003, cerca de R\$ 106,1 bilhões, “um valor mais de dez vezes superior ao orçamento do Bolsa Família neste ano”. O montante também representa 133% a mais do que os R\$ 45,46 bilhões destinados pelo governo no mesmo período à agricultura familiar e à reforma agrária.

O senador disse que “o que parece à primeira vista uma grave assimetria vem sendo gradativamente corrigido”. Em 2008, segundo ele, os recursos destinados ao agronegócio foram aumentados em 15,76% em relação a 2007, ao passo que os recursos para a agricultura familiar sofreram acréscimo maior, de 26,93%.

– E a notícia é boa sob mais de um aspecto, pois o maior agente financiador das atividades agrícolas, o Banco do Brasil, ampliou o volume de recursos para a safra 2008/2009 em 25%, alcançando R\$ 30,8 bilhões – afirmou.

Raupp lembrou que, de acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a cadeia do agronegócio responde por 30% do produto interno bruto (PIB) brasileiro, o equivalente a R\$ 728 bilhões, em 2008, a preços correntes.

Raupp também voltou a cobrar mais investimentos do BNDES, do Banco do Brasil e do Banco da Amazônia S.A (Basa) nas regiões Norte e Nordeste.

Segundo ele, o BNDES ainda não investiu nem 5% de seu orçamento anual na região Norte, “os 95% ficam para as outras regiões”.

Apagão

Raupp também se referiu ao apagão de energia ocorrido no último dia 10 e disse que o episódio foi “um fenômeno natural que poderá voltar a acontecer”, tendo em vista o crescimento futuro do país.

Comissão deve apreciar, em decisão terminativa, substitutivo apresentado por Almeida Lima a projeto de Serys Shlessarenko sobre compensação a passageiro impedido de embarcar

CDR vota hoje indenização por atraso de voo e *overbooking*

A COMISSÃO DE Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) deve votar hoje, em decisão terminativa, substitutivo apresentado por Almeida Lima (PMDB-SE) a projeto (PLS 114/04) de Serys Shlessarenko (PT-MT) que trata sobre indenização devida aos passageiros de companhias aéreas impedidos de embarcar por excesso de reservas, o chamado *overbooking*, ou ainda por atraso, interrupção ou cancelamento de voos.

De acordo com o substitutivo, o passageiro terá direito a uma compensação em valor correspondente ao da maior tarifa cobrada pela companhia no trecho considerado.

Além do direito à indenização, ele poderá optar entre o reembolso do valor pago e a realização da viagem originalmente contratada. Nesse caso, a acomodação deverá ser feita em voo da mesma companhia ou por endosso para outra empresa, no prazo de até 24 horas.

O limite máximo aceitável para atraso dos voos está sendo reduzido, das atuais quatro horas para duas horas. A partir daí, o passageiro poderá exigir indenização e o reembolso da tarifa – que deverão ser pagos de imediato, em moeda cor-



Projeto de Serys trata da relação entre companhia aérea e passageiro – ou acomodação em outro voo.

Bagagem

Nas condições estabelecidas no texto, a bagagem deverá ser entregue ao passageiro inviolada e em bom estado de conservação, no prazo máximo de 30 minutos após o início do desembarque. Caso não consiga cumprir essa determinação, o transportador deverá pagar ao passageiro uma multa equivalente à metade da maior tarifa no trecho do bilhete da passagem. Por danos à bagagem, inclusive a de mão, se houver culpa ou dolo do transportador, caberá indenização máxima de R\$ 10 mil.

Morte

No caso de morte de passagei-

ro ou tripulante, por responsabilidade da companhia aérea, a indenização será limitada a R\$ 1 milhão. O valor máximo cai para R\$ 750 mil em caso de lesão grave e permanente.

Ausência

Almeida Lima optou por transferir ao âmbito do contrato de transporte entre a companhia e os passageiros outras cláusulas da prestação do serviço, a fim de assegurar, como justificou, a liberdade contratual entre as partes. Esse contrato deverá estipular, por exemplo, multa para os passageiros que deixarem de comparecer ao embarque.

O relator tomou como base substitutivo elaborado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), acolhido depois pelas comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Apagão aéreo

Apresentados à época do chamado apagão aéreo, em 2007, quando o setor enfrentou séria crise, marcada por atrasos sem precedentes nos horários dos voos, outros três projetos tramitam em conjunto: PLS 429, de Serys; PLS 283, de Renato Casagrande (PSB-ES); e PLS 533, de Aloizio Mercadante (PT-SP).

Reexame do projeto que cria Banco do Centro-Oeste

Sugestões feitas pelo Ministério da Fazenda a proposta de Lúcia Vânia (PSDB-GO) que prevê a criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste (BDCO) exigiram novo exame do texto pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). O projeto (PLS 303/08), que já constava da pauta do Plenário, será apreciado hoje pela CDR e depois será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que também o reexaminará.

Uma das principais mudanças se refere à transição do atual estoque de recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), em poder do Banco do Brasil (BB) e estimado em cerca de R\$ 12 bilhões, para o futuro banco regional. Mantido com fração de tributos federais, o



Ministério da Fazenda sugeriu mudanças na proposta de Lúcia Vânia

FCO será a principal fonte dos fundos que serão utilizados pelo BDCO para apoiar projetos de desenvolvimento para a região.

Com as modificações, que constam de emenda global apresentada em Plenário pela própria Lúcia Vânia, os recursos que foram repassados ao BB serão

ainda mantidos nessa instituição por prazo mínimo de 15 anos, e não até o fim desse período, e a contar da instalação e entrada em funcionamento do próprio BDCO.

Em sua reunião, a CDR poderá votar ainda projeto (PLS 107/09) que estabelece critérios para que os municípios delimitem suas áreas de preservação ambiental, além de parâmetros para uso e ocupação do solo urbano. A proposta, de Raimundo Colombo (DEM-SC), tem voto favorável do relator, Gilberto Goellner (DEM-MT), na forma de substitutivo. Também deve ser votado o PLS 198/09, de Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que estabelece dispositivos para o controle social da política urbana e de habitação, que tem parecer favorável de Jefferson Praia (PDT-AM).

Sadi Cassol destaca papel das ouvidorias públicas

Ao registrar a abertura, na semana passada, do I Fórum Internacional de Ouvidorias Públicas, o senador Sadi Cassol (PT-TO) disse ontem que não se pode falar em cidadania ou democracia participativa sem incluir o debate sobre a importância dos serviços de ouvidoria e de outros direcionados ao atendimento dos cidadãos.

Sadi Cassol ressaltou que o cidadão, que paga os seus impostos e que cumpre com as suas obrigações perante o Estado, merece dispor de um instrumento eficiente para garantir o acesso pleno aos seus direitos individuais e coletivos, consagrados na Constituição.

O parlamentar acrescentou que a função do ombudsman ou "ouvidor do povo" é exatamente estabelecer limites para o exercício do poder, conferindo ao cidadão a possibilidade do controle



Sadi Cassol: ouvidor garante o acesso dos cidadãos a seus direitos direto sobre os atos dos governantes. Ele salientou que o papel exercido pelo ouvidor público serve também como instrumento de garantia de transparência pública.

Sadi Cassol lembrou que, antes de assumir a suplência no Senado, foi ouvidor-geral do município de Palmas, capital do Tocantins, a convite do prefeito Raul Filho, de quem recebeu a missão de conduzir todo o processo de implantação da ouvidoria.

Virgílio apoia jornalista de Mato Grosso que sofre censura

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), solicitou ontem a inclusão nos Anais do Senado do artigo "Por falar em liberdade de expressão", da economista, blogueira e jornalista Adriana Vandoni, de Mato Grosso. Nele, a jornalista manifesta sua estranheza com liminar concedida pelo juiz Pedro Sakamoto ao deputado estadual José Riva (PP), presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, afastado das funções de ordenador de despesas por determinação do juiz Luiz Bertolucci, da Vara Especializada em Ação Civil Pública e Ação Popular daquele estado.

Virgílio lembrou que José Riva entrou com ação contra Adriana Vandoni e mais quatro pessoas por terem, segundo o deputado, atingido sua honra ao relatarem, em seus *blogs*, processos que os ministérios públicos no estado e Federal sugerem contra ele. Em sua sentença, o juiz Sakamoto diz que os réus devem se abster de "emitir opiniões pessoais" pelas quais atribuam ao deputado Riva a prática de crime, "sem que haja decisão judicial com trânsito em julgado que confirme a acusação, sob pena de multa de R\$ 1.000".

– Isso me parece um absur-

do, porque, para se criticar, não é preciso haver o trânsito em julgado de um réu; basta a convicção daquele que está acusando; basta que ele arque com as consequências cíveis e penais quaisquer, se porventura incorrer nos crimes de calúnia, injúria e difamação – afirmou o senador.

Adriana Vandoni lembra, em seu artigo, que, na semana passada, o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, em uma sentença proferida em favor do jornalista Juca Kfourri, escreveu: "O texto da Constituição da República assegura ao jornalista o direito de expender crítica, ainda que desfavorável e mesmo que em tom contundente, contra quaisquer pessoas ou autoridades".

A jornalista, informou Arthur Virgílio, disse que vai respeitar a decisão do juiz, mas recorrerá dela. O senador condenou quaisquer tentativas de cassação da liberdade de expressão, dizendo que "tudo que os malversadores precisam é que haja um ambiente de silêncio por parte da imprensa".

– As ditaduras se impõem e exigem o silêncio da sociedade, que fala pela imprensa, pelos parlamentos, pelas tribunas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Shlessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Taja
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Pedro Simon • Neuto de Conto • Papaléo Paes • Valdir Raupp

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefe de Reportagem: Elina Rodrigues
Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Suplicy volta a fazer apelo ao STF em defesa do asilo a Battisti

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) dirigiu, da tribuna, um apelo ao ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), para que considere as ponderações do ministro Marco Aurélio Mello, em seu voto pela concessão de asilo ao italiano Cesare Battisti, e dê a ele "o direito de defesa que nem a Corte italiana, nem a Corte Internacional de Justiça teriam lhe oferecido".

Suplicy lembrou que o julgamento do caso foi interrompido com o resultado parcial em empate de quatro votos a favor e quatro contrários ao pedido de extradição de Battisti, e pediu que o ministro Gilmar Mendes, antes de proferir seu voto de desempate, chame Cesare Battisti para que ele diga, "olho no olho dos ministros, qual é sua verdade".

O senador recordou que Cesare Battisti se diz inocente da acusação de ter cometido quatro assassinatos, quando era militante do grupo Proletários Armados pelo Comunismo (PAC), na década de 70. O ex-ativista teria afirmado que, após o assassinato do então primeiro-ministro italiano Aldo Moro, se recusara a participar de qualquer ação que resultasse na morte de alguém. O parlamentar reclamou da Justiça italiana, que, segundo disse, condenou Battisti "a sua revelia", com base no depoimento de criminosos beneficiados pelo instituto da delação premiada, sem depoimentos de testemunhas de nenhum dos assassinatos.

Suplicy fez o apelo após ler em Plenário duas cartas, uma do



Suplicy pede ao presidente do Supremo que ouça o ex-ativista

professor de Lógica e Matemática da Universidade de Campinas, Carlos Alberto Lungarzo, e outra assinada por cidadãos brasileiros, ambas favoráveis à concessão de asilo a Battisti.

Lungarzo, que é membro da Anistia Internacional, elogiou, na carta lida por Suplicy, "a coragem e a têmpera" do ex-ativista, que conheceu pessoalmente. Ele acrescenta que "muitos valorizam a integridade, a inteligência e a luta de Battisti, durante 30 anos, disposto a morrer em vez de se tornar delator".

Lungarzo menciona sua atividade em favor dos Direitos Humanos para afirmar que não tem "nenhum embaraço" em exigir justiça para Battisti. "Não estou pedindo clemência. Este é um termo teológico. O extraditando merece justiça", afirma Lungarzo.

Suplicy leu ainda a carta dos cidadãos que defendem Battisti, os quais afirmam que a Itália quer impor ao Brasil, com a extradição, distanciamento de sua tradição humanitária. Lembram também que persistem dúvidas sobre o caso.

Comissão analisa registro de remédio veterinário genérico

As normas para a produção e utilização de nomes genéricos em medicamentos de uso veterinário estão na pauta da próxima reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), agendada para hoje, às 9h30. O relator da matéria, senador Gilberto Goellner (DEM-MT), apresentou um substitutivo aos três projetos sobre o assunto (PLS 209/02, PLC 39/06 e PLC 3/05), que tramitavam em conjunto.

Goellner assinala que as propostas se inspiraram na experiência bem-sucedida de instituir, fabricar e comercializar medicamentos genéricos de uso humano e na expectativa de aumentar a concorrência entre os fabricantes de medicamentos de uso veterinário e reduzir o seu custo.

O senador disse ter tomado o

cuidado de acolher os resultados das discussões promovidas com representantes dos produtores rurais e da indústria de medicamentos, técnicos do Ministério da Agricultura e outros especialistas.

Goellner ressalta que foi preciso deixar explícito que o conceito de "genérico" somente deve ser aplicado aos produtos de uso veterinário que sejam farmacêuticos, excluindo outras categorias, bem como os biológicos (vacinas e soros), os usados para diagnósticos e aqueles destinados à higiene e embelezamento dos animais.

Para a obtenção do registro do produto veterinário genérico, o solicitante deve apresentar prova da qualidade e da eficácia do produto. Segundo Goellner, a lei deve determinar essa regra em dispositivo específico.



Objetivo da proposta em pauta na CRA é reduzir custos para o produtor

Comissão de Infraestrutura aprova convite a ministros, autoridades e especialistas para que participem de audiência pública sobre motivos que levaram ao blecaute

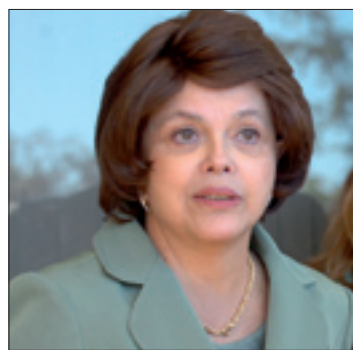
Senadores convidam Dilma e Lobão para debater apagão

A COMISSÃO DE Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem requerimento para convidar a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, para que expliquem as causas do blecaute ocorrido na noite de 10 de novembro, quando 18 estados brasileiros ficaram sem energia elétrica por mais de quatro horas. O requerimento é do senador Fernando Collor (PTB-AL). Ainda não foi marcada a data da vinda dos ministros.

Além deles, outras 18 autoridades e especialistas do setor serão convidados para tratar do tema, o que poderá ocorrer em mais de uma audiência pública. O senador Delcídio Amaral (PT-MS) propôs que essas audiências sobre o apagão sejam feitas em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que também está tratando da questão. Ele adiantou que apresentará requerimento nesse sentido na próxima reunião da comissão.

Na justificativa de seu requerimento, Collor diz que é preciso discutir as medidas para prevenir novos apagões, além de tratar das perspectivas de investimento no setor e a fiscalização sobre esses investimentos.

O apagão da semana passada mobilizou os senadores da oposição e da base governista. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), já tinha anunciado a intenção de convidar Dilma Rousseff e Edison Lobão para explicar as causas do acidente. Os senadores opositores cobraram esclarecimentos do governo e apontaram a ausên-



Dilma dirigiu o Ministério de Minas e Energia, hoje comandado por Lobão

cia de investimentos e o loteamento de cargos como possíveis causas do apagão. Já os parlamentares governistas disseram que o apagão foi contornado rapidamente.

O blecaute ocorreu poucos dias depois de a ministra Dilma Rousseff, que no começo do atual governo foi responsável pela pasta de Minas e Energia, ter dito que novos apagões não ocorreriam no Brasil. Ontem, o Ministério de Minas e Energia divulgou nota afirmando que o apagão foi provocado por curtos circuitos na região de Itaberá, interior de São Paulo.

Debatedores

Além dos ministros, Collor propõe que sejam chamados, dentre outros, Maurício Pereira Zimmermann, secretário-executivo do Ministério das Minas e Energia; Ubiratan Aguiar, presidente do Tribunal de Contas da União (TCU); José Antônio Muniz Lopes, presidente da Eletrobrás; Jorge Miguel Samek, diretor-geral de Itaipu; Carlos Nadalutti Filho, diretor-presidente de Furnas; César Ribeiro Zavi, diretor de Operação do Sistema e Comercialização de



Energia de Furnas; Ildo Sauer, ex-diretor da Petrobras e professor da Universidade de São Paulo (USP); Mário Veiga, presidente da PRS Planejamento e Consultoria; e os professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Djalma Falcão e Adriano Pires.

Revitalização

Os senadores aprovaram ainda outros dois requerimentos, ambos de autoria de Collor. O primeiro convida o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, a prestar esclarecimentos sobre o andamento do projeto de revitalização e transposição das águas do rio São Francisco e sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e suas implicações da infraestrutura do país.

O segundo requerimento convida o ministro das Comunicações, Hélio Costa, para informar sobre a aplicação dos recursos do Fust na ampliação da oferta de computadores nas escolas. Costa também deverá tratar da implementação da TV Digital e da proposta de concessão de celulares dentro do Bolsa Família.

Alvaro cobra do governo análise rigorosa das causas do blecaute

Alvaro Dias (PSDB-PR) cobrou do governo uma análise mais aprofundada das causas e consequências do apagão ocorrido no dia 10, que deixou 18 estados sem energia elétrica por cerca de quatro horas. Uma das causas prováveis, disse o senador, é a existência de recursos empenhados e não aplicados – dos R\$ 52 bilhões previstos para infraestrutura nos últimos cinco anos, R\$ 20 bilhões teriam sido devolvidos ao Tesouro, de acordo com reportagem publicada na sexta-feira pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Para Alvaro, esses dados indicam incompetência administrativa do governo.

– Estamos longe de alcançar o patamar de investimento compatível com as potencialidades econômicas do país. Sendo assim, se recursos estão provisionados e não são aplicados, estaremos implantando um apagão logístico de médio e de longo prazo – afirmou.

Alvaro questionou o fato de as autoridades, a começar pelo presidente Lula até os ministros de Minas e Energia,

Edison Lobão, e da Casa Civil, Dilma Rousseff, terem dado explicações contraditórias sobre o episódio.

Ele censurou também o preenchimento de cargos nas estatais por apadrinhamento político, numa referência indireta à cessão ao PMDB da pasta de Minas e Energia. Criticou ainda o incentivo à aposentadoria antecipada em Furnas Centrais Elétricas S.A., o que, avalia, deixou a estatal desprovida de técnicos competentes e experientes.

Mensalão

Alvaro fez duras críticas a Lula por suas declarações no fim de semana de que o mensalão teria sido um golpe da oposição contra o seu governo.

– É como negar a existência do Sol, a existência da Lua, a existência das estrelas, a existência da Terra, a existência da própria vida. O mensalão foi provado, com provas documentais, testemunhais, confissões em comissão parlamentar mista de inquérito – afirmou.

Alvaro manifestou o desejo de



Alvaro também critica declarações do presidente Lula sobre o mensalão

que o Supremo Tribunal Federal (STF) seja rigoroso no julgamento dos 40 indiciados pelos crimes do mensalão para que a população brasileira restabeleça a confiança nas instituições públicas.

Em aparte, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse ter sido arrolado como testemunha no processo contra o ex-ministro José Dirceu, no que considera uma tática para prolongar o andamento do processo.

Virgílio criticou ainda o presidente da República pelo fato de utilizar o filme *Lula, o Filho do Brasil*, financiado por empreiteiras, com recursos da Lei Rouanet, para "emocionar a população brasileira", numa jogada de *marketing*.

Senador comenta reportagem do programa de televisão *Fantástico* sobre vazamento de listas de aposentados do INSS em nome dos quais são feitos falsos empréstimos

Virgílio cobra explicação para golpe do crédito consignado

ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) cobrou do governo explicações para o vazamento de listas de aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com nomes, endereços e números de CPF, as quais são vendidas nas ruas do país, como denunciou o programa *Fantástico*, da Rede Globo, nesse domingo. As listas são adquiridas por estelionatários que tomam empréstimos consignados nos bancos em nome dos aposentados.

– Uma dessas pessoas, vítimas do golpe do crédito consignado, a sra. Maria Ozélia Bezerra, indagou, perplexa: “Como é que se faz empréstimo no nome da pessoa sem a gente dar os documentos?” Essa é a indagação-chave. O governo deve essa explicação aos aposentados – disse.

Arthur Virgílio afirmou que a forma como foram credenciados os bancos que operam o empréstimo consignado do INSS “é duvidosa até hoje”.

– Era o auge do chamado mensalão e muitos suspeitam que estava ali uma importante fonte de recursos para irrigar os canais



Virgílio também elogia artigo com críticas à reação do governo ao apagão

que alimentavam os cofres de mensaleiros que hoje estão sob julgamento do Supremo Tribunal Federal – acrescentou.

“Apagou geral”

O senador disse concordar integralmente com a coluna publicada ontem pelo jornalista Ricardo Noblat no jornal *O Globo*, sob o título “Apagou geral”, e pediu que ela fosse transcrita nos Anais do Senado. No artigo, o jornalista critica o governo por vários motivos: tentar minimizar o blecaute ocorrido na semana passada; esconder a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff,

no dia seguinte, pelo “falatório desconexo das autoridades” nas explicações; pelo tom agressivo da ministra com jornalistas; pela “linguagem marqueteira e eleitoral” das entrevistas; e pela tentativa de dar o episódio por encerrado sem explicações convincentes à população.

Virgílio também pediu que fosse transcrita nos Anais da Casa matéria do jornal *Diário da Grande ABC* que trata dos manguezais da costa brasileira. Para ele, é inaceitável que os mangues estejam sendo destruídos lentamente pela mão do homem, com o corte de suas árvores, aterros, lançamento de esgotos e de lixo e pela contaminação provocada por agrotóxicos. Lembrou que os mangues foram um ecossistema rico, refúgio e local de procriação de peixes, moluscos, crustáceos e aves marinhas.

O senador apresentou ainda requerimento de voto de aplauso ao militar Jurandir de Souza Macedo, pela publicação de livro com o relato de viagem de carro entre Manaus e o Rio de Janeiro.

Simon rejeita projeto do governo que limita a fiscalização do TCU

Ao comentar reportagem do jornal *O Globo* do último sábado, Pedro Simon (PMDB-RS) criticou o projeto de lei orgânica da administração pública apresentado pelo governo que restringe a fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU) apenas a obras acabadas. As fiscalizações prévias ou concomitantes, como ocorre atualmente, ficariam autorizadas somente para exceções.

– O que o governo quer com isso eu gostaria de saber. Uma obra pode estar sendo feita ilegalmente, de forma errada,

com gastos supérfluos, roubo, seja o que for, mas tem que esperar acabar. Depois de acabada a obra, vai se verificar o que vai fazer? – questionou.

Simon defendeu a realização de uma audiência pública com a presença do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, e do presidente do TCU, Ubiratan Aguiar.

Efeito estufa

Simon parabenizou o presidente Lula pela decisão tomada em conjunto com o presidente



Pedro Simon defende audiência pública para debater o assunto

da França, Nicolas Sarkozy, de apresentar na reunião sobre clima, em Copenhague “um compromisso voluntário” de reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa.

Críticas do governo ao TCU são tema de debate

As críticas que integrantes do governo vêm fazendo à atuação do Tribunal de Contas da União (TCU) serão discutidas amanhã pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Foram convidados para o debate o ministro do Planejam-

to, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo; o presidente do TCU, ministro Ubiratan Aguiar; e o procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel.

Essa é a segunda reunião marcada para discutir o tema. A primeira ocorreu no dia 10, quando foram ouvidos o diretor-executivo da organização não governamental Transpa-

rência Brasil, Claudio Abramo, e o presidente do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, Cezar Augusto Pinto Motta.

A audiência de amanhã será realizada em atendimento a requerimentos dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), pela CCJ, e Renato Casagrande (PSB-ES), que preside a CMA.

Papaléo faz ressalva a proposta de reestruturação do Senado

Papaléo Paes (PSDB-AP) criticou ontem, mais uma vez, o projeto de modernização administrativa proposto ao Senado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ele pediu que o projeto seja discutido no Plenário e apontou equívocos, inadequações, descuidos e até inconstitucionalidades na proposta.

Como exemplo de inconstitucionalidade, citou a exigência (artigo 133 do projeto) de que qualquer funcionário que quiser entrar na Justiça contra a Casa deverá comunicar o fato ao seu chefe imediato. O senador advertiu que o projeto da FGV determina uma jornada de trabalho padrão para os servidores da forma mais burocrática possível, ignorando que o Congresso tem peculiaridades no seu funcionamento, o que exige inclusive flexibilidade nos seus horários de trabalho, pois o serviço tem início às 8h e, às vezes, passa das 23h.

Papaléo Paes criticou a recomendação da FGV para que sejam reduzidos os servidores concursados que servem nos gabinetes dos senadores, que poderão substituí-los por funcionários temporários de sua confiança.

O senador disse que, em médio e longo prazos, a medida irá prejudicar a qualidade dos serviços, além de se perder a me-



Papaléo apela a senadores para que encaminhem sugestões a projeto

mória da Casa. Ele questionou a necessidade de se criar 102 novos cargos de confiança para os gabinetes dos senadores, de livre nomeação.

O parlamentar condenou a intenção colocada no projeto de mudar denominações jurídicas das unidades do Senado e até mesmo suas atribuições. Papaléo Paes opinou que a FGV decidiu propor as alterações de nome para apagar a ideia equivocada, propagada pela imprensa, de que a Casa contava com quase 200 postos de direção. Ele sustentou que poucos eram realmente diretores.

Segundo Papaléo, a proposta da FGV é rica, mas deve ser o ponto de partida, e não de chegada. Ele pediu aos senadores que analisem e façam sugestões, ponderando que os prazos fixados para discussão da matéria estão se esgotando.

Senado realiza leilão de bens no próximo sábado

O Senado Federal promove no próximo sábado, às 9h, no prédio onde funciona o Serviço de Transporte, um leilão de bens considerados fora da padronização adotada pela Casa desde 1996.

A visitação aos lotes está aberta desde ontem a todos os interessados e vai até a próxima sexta-feira. Em cumprimento à legislação referente a licitações, não é permitida a participação de servidores do Senado no pregão.

Os lotes contêm carros, mó-

veis, computadores, equipamentos e máquinas do parque gráfico fora de uso. O objetivo é liberar espaço nas dependências da Casa e reduzir custos com a manutenção de bens ociosos. Foram adotados procedimentos técnicos habituais para a liberação dos itens.

O edital do leilão está disponível na portaria da Gráfica do Senado, no depósito da Secretaria de Patrimônio e no Serviço de Transporte do Senado. Também deve estar à disposição no site www.brasilialeiloes.com.br.



Landau de 1982 que pertenceu à Presidência do Senado também será vendido

Ampliação de faixa de radiofrequência à internet

A consulta pública da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) que trata da destinação, a serviços de internet e telefonia fixa e celular, da faixa de radiofrequência utilizada pelas TVs por assinatura, será debatida amanhã, em audiência pública, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O colegiado discutirá pedido de anulação judicial da consulta pública, cujo prazo foi encerrado em 16 de outubro. Nessa consulta, a população em geral e as empresas interessadas no assunto opinaram sobre a ampliação de uso da faixa de radiofrequência.

Para o debate, foram convidados Ronaldo Sardenberg, presidente da Anatel; Marcelo

Bechara, consultor jurídico do Ministério das Comunicações; Alexandre Annenberg, presidente da Associação Brasileira das Empresas de TV por Assinatura; e Carlos Lins de Albuquerque, presidente da Associação dos Operadores do Serviço de Distribuição de Multiponto Multicanal (MMDS), que entrou com mandado de segurança contra a agência.